



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
Avenida Anchieta, nº 200 - Bairro Centro - CEP 13015-904 - Campinas - SP - www.campinas.sp.gov.br
Paço Municipal

PMC/PMC-SMGC-GAB/PMC-SMGC-CMJRAI

RELATÓRIO

Campinas, 28 de julho de 2025.

COMISSÃO MISTA DE JULGAMENTO DE RECURSOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO - CMJRAI

Protocolo e-SIC 495/2025

Solicitação de Acesso à Informação

Prezados membros da **CMJRAI**,

Vieram os autos com recurso interposto por **SOLICITANTE** (ora **RECORRENTE**) acerca do seu pedido de informação veiculado no protocolo e-SIC epigrafado.

Com base no **art. 10 do Decreto Municipal nº 22.170/2022**, que regulamenta os pedidos de Acesso à Informação no âmbito da Administração Pública Municipal, nos termos da Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), que, por sua vez, regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal, o **RECORRENTE solicitou inicialmente:**

DADOS DA SOLICITAÇÃO			
Número Protocolo 495/2025	Tipo Solicitação Inicial	Situação Solicitação Respondida	Forma Retorno E-mail
Data da Solicitação 25/06/2025	Previsão Retorno	Solicitação Recebida em 15/07/2025 por Melissa Carvalho Clever Nascimento	Prorrogação Não Prorrogado
Solicitação Prezados(as), Com fundamento na Lei Federal nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação, venho solicitar o envio do relatório da última fiscalização realizada nas seguintes Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) do município de Campinas: UPA Padre Anchieta UPA Campo Grande UPA Carlos Lourenço UPA São José Solicito que o relatório contenha, sempre que possível: Data da fiscalização Órgão/entidade responsável pela fiscalização Itens avaliados Irregularidades ou pendências encontradas Recomendações ou medidas adotadas Eventuais autos de infração ou notificações expedidas Caso os relatórios estejam disponíveis em formato digital, peço que sejam encaminhados em PDF ou outro formato acessível. Aguardo retorno dentro do prazo legal previsto no artigo 11 da Lei nº 12.527/2011. Atenciosamente,			

A Rede Mário Gatti ofereceu a seguinte resposta:

Considerando o disposto no Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, que regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), especialmente o Art. 13, que estabelece que:

"Não serão atendidos pedidos de acesso à informação:

I – genéricos;

II – desproporcionais ou desarrazoados; ou

III – que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do órgão ou entidade."

Informo que a solicitação descrita pelo requerente no Despacho nº 15303632 não apresenta informações suficientes para que se identifique, com clareza, a informação pretendida.

Verifica-se que o pleito encaminhado carece de objetividade e razoabilidade, possivelmente em decorrência de uma compreensão limitada sobre a estrutura e funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS), bem como das competências atribuídas às suas diversas unidades. Ressalta-se ainda que a solicitação é genérica, sendo, portanto, incompatível com os critérios estabelecidos na legislação vigente.

Adicionalmente, cumpre destacar que as Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) estão sujeitas a múltiplos tipos de fiscalização, conduzidos por diferentes órgãos públicos, além de estarem vinculadas a contratos variados que ensejam acompanhamentos e auditorias contínuas. Tal complexidade reforça a necessidade de uma formulação clara e precisa do pedido de informação.

Dessa forma, à luz do disposto na LAI e em seu regulamento, informo que não é possível atender ao requerimento, em virtude da falta de objetividade e da imprecisão quanto ao conteúdo solicitado.

Insatisfeito, o **RECORRENTE** apresentou **recurso em 1ª instância** nos seguintes termos:

DADOS DA SOLICITAÇÃO			
Número Protocolo 495/2025	Tipo Solicitação Recurso Primeira Instância [Visualizar Processo Origem]	Situação Solicitação Respondida	Forma Retorno E-mail
Data da Solicitação 15/07/2025	Previsão Retorno	Solicitação Recebida em 21/07/2025 por Melissa Carvalho Clever Nascimento	Prorrogação Não Prorrogado
Solicitação Recurso em face da Resposta ao Pedido de Acesso à Informação – SEI HMMG.2025.00002238-27 Venho, respeitosamente, interpor recurso administrativo com fundamento no artigo 15 da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), em face da negativa injustificada ao meu pedido de acesso à informação. A resposta recebida alega genericidade imprecisão do pedido. Contudo, esclareço que a solicitação foi objetiva e clara, requerendo informações específicas sobre fiscalizações realizadas pela Rede Mário Gatti nas Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) terceirizadas, a saber: UPA Padre Anchietla UPA Campo Grande UPA Carlos Lourenço UPA São José Objetividade do Pedido: A especificidade do pedido é evidente, uma vez que delimita: as unidades (UPAs citadas nominalmente); o tema (fiscalizações realizadas); os elementos desejados (datas, órgãos fiscalizadores, itens avaliados, irregularidades, recomendações e notificações). Justificativa Legal: Nos termos do art. 11 da LAI, o órgão público tem o dever de viabilizar o acesso às informações de interesse coletivo, especialmente quando tais informações se referem a serviços públicos de saúde, cuja fiscalização é inerente à transparência da gestão pública e à qualidade do atendimento ao cidadão. A invocação do artigo 13 da LAI é indevida, pois: O pedido não é genérico, pois delimita objeto, período (por serem fiscalizações a data é um critério requerido), local e conteúdo; O pedido não exige qualquer análise ou interpretação, mas apenas acesso aos relatórios já produzidos pela Rede Mário Gatti ou outros órgãos aos quais a Rede tenha acesso; O levantamento de relatórios e documentos gerados pela própria administração não configura trabalho adicional, mas mera localização e disponibilização de documentos preexistentes, conforme previsto no artigo 7º, Inciso VI, da LAI. Requerimento Final: Diante do exposto, reitero o pedido para que seja disponibilizado, preferencialmente em formato digital, os relatórios de fiscalização realizados nas referidas UPAs pela Rede Mário Gatti ou quaisquer órgãos vinculados à administração pública municipal, contendo sempre que possível: Data da fiscalização Órgão/entidade responsável pela fiscalização Itens avaliados Irregularidades ou pendências encontradas Recomendações ou medidas adotadas Autos de infração ou notificações expedidas Caso algum dos itens solicitados não seja passível de atendimento, requiro resposta parcial com a disponibilização de todas as informações existentes, conforme determina o § 2º do art. 11 da LAI.			

O recurso, encaminhado à **Rede Mário Gatti**, obteve a decisão a seguir transcrita:

Ao Controle Interno - RMG

Acolho, na íntegra, informações acostadas em doc. sob nº 15524698.

Diante do exposto, e em conformidade com o art. 13 da LAI, mantém-se a negativa de acesso à informação por persistir a genericidade do pedido.

Irresignado, o **RECORRENTE** ingressa em **2ª e última instância**, com exposição da fundamentação e requerimento, nas seguintes linhas:

DADOS DA SOLICITAÇÃO			
Número Protocolo 495/2025	Tipo Solicitação Recurso Segunda Instância [Visualizar Processo Origem]	Situação Aberto	Forma Retorno E-mail
Data da Solicitação 21/07/2025	Previsão Retorno	Solicitação Recebida em 22/07/2025 por Melissa Carvalho Clever Nascimento	Prorrogação Não Prorrogado

Solicitação
Venho, respeitosamente, interpor recurso administrativo, com fulcro no artigo 15 da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), em razão da negativa ao meu pedido de informação, sob a justificativa de "genericidade". Tal fundamento é absolutamente infundado. **O pedido apresentado não possui caráter genérico. Pelo contrário, trata-se de solicitação específica e objetiva, delimitando de forma clara: Tema: Fiscalizações realizadas.** Local: UPAs nomeadas individualmente — Padre Anchieta, Campo Grande, Carlos Lourenço e São José. Conteúdo: Relatórios contendo datas das fiscalizações, órgãos responsáveis, itens avaliados, eventuais irregularidades ou pendências encontradas, recomendações ou medidas adotadas, autos de infração ou notificações expedidas. Cumpre destacar que a Lei de Acesso à Informação veda a negativa com base em genericidade quando o pedido delimita objeto, local e conteúdo, conforme já pacificado em pareceres da Controladoria-Geral da União e diversos julgados em âmbito judicial. **A alegação de genericidade não se sustenta uma vez que: O objeto foi especificamente delimitado; A consulta é referente a documentos já produzidos pela administração, não exigindo compilação inédita ou trabalho analítico adicional; A finalidade do pedido é o controle social da administração pública em serviços de saúde terceirizados, o que caracteriza interesse público direto. Reforço ainda que, nos termos do §2º do artigo 11 da LAI, eventual ausência de parte das informações não justifica negativa total, sendo obrigação legal fornecer, ao menos, a informação disponível. Diante do exposto, requer-se: O acolhimento do presente recurso; A reformulação da decisão anterior, com o integral atendimento do pedido inicial, ou, alternativamente, a disponibilização parcial das informações existentes, indicando justificativas específicas para eventuais omissões.**

É o Relatório do necessário.

Compete a esta CMJRAI, composta pelos membros nomeados pela **Portaria 104.485/2025**, **julgar os recursos interpostos, em última instância**, no âmbito da Administração Pública Municipal, nos termos do art. 31, *caput*, do Decreto nº 22.170/2022.

O presente **RECURSO COMPORTA ACOLHIMENTO**.

Isso porque, até o momento, a **RECORRENTE** não teve sua solicitação inicial atendida, sob a justificativa de que o pleito se afigura genérico e carece de objetividade e razoabilidade, asseverando que as UPAs estão sujeitas a múltiplos tipos de fiscalização, conduzidos por diferentes órgãos públicos, além de estarem vinculadas a contratos variados que ensejam acompanhamentos e auditorias contínuas.

A negativa baseou-se no art. 13, incisos I a III, do Decreto Federal nº 7.724/2012, que regulamenta a LAI em âmbito federal.

Segundo o **Decreto Municipal nº 22.170/2022**, que dispõe sobre a regulamentação dos pedidos de Acesso à Informação no âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, disponível em <https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/138963>, especialmente seu art. 5º, incisos I a III, não serão atendidos pedidos de acesso à informação:

Art. 5º Não serão atendidos pedidos de acesso à informação:

I - genéricos;

II - desproporcionais ou desarrazoados;

III - que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do órgão ou entidade;

IV - que contenham pedido de acesso à informação envolvendo mais de 1 (uma) secretaria ou entidade;

V - que configure solicitação de cópia integral ou parcial de documento ou processo administrativo, que possa ser atendida por solicitação de certidão de inteiro ou parcial teor, nos termos do [Decreto Municipal nº 21.799](#), de 25 de novembro de 2021.

Os dispositivos guardam semelhança com o citado **art. 13, incisos I a III, do Decreto Federal nº 7.724/2012**, que regulamenta a LAI em âmbito federal, a saber:

Art. 13. Não serão atendidos pedidos de acesso à informação:

I - genéricos;

II - desproporcionais ou desarrazoados; ou

III - que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do órgão ou entidade.

Sobre essas hipóteses legais, colocamos o **Manual da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) – Módulo 2 – Negativas de acesso à informação – Brasília 2017**, pp. 6 e 10/11:

2.1 Pedido genérico

Um pedido de acesso à informação, para ser atendido e considerado como válido, deve permitir que a Administração identifique a informação que interessa ao cidadão ¹. No entanto, alguns cidadãos, quando realizam seus pedidos de acesso à informação, não os descrevem de forma delimitada e geram diversas dúvidas, como ilustrado abaixo.



Figura 1: Pedido genérico

Fonte: Elaboração Enap

Os pedidos genéricos são aqueles que não descrevem de forma delimitada (quantidade, período temporal, localização, sujeito, recorte temático, formato, etc.) o objeto do pedido de acesso à informação, o que impossibilita a identificação e a compreensão do objeto da solicitação. É um pedido que se caracteriza pelo seu aspecto generalizante, com ausência de dados importantes para a sua delimitação e seu atendimento. Nos termos do Decreto nº. 7.724/2012:

(...)



IMPORTANTE

Muito embora a especificação do pedido seja um requisito para sua admissibilidade, é importante que a Administração não faça exigências demasiadas, o que prejudica o exercício do direito de acesso à informação pelos cidadãos. Isso significa que não é necessário que o pedido contenha todos os elementos de especificação (quantidade, período temporal, localização, sujeito, recorte temático, formato, etc.) para ser considerado válido, basta que a Administração consiga identificar a informação. Afinal, exigências exageradas de especificação demandariam que o cidadão praticamente já conhecesse a informação que deseja acessar, motivo pelo qual a classificação de um pedido como genérico deve ser cautelosa.

Para melhor efetividade da relação entre a Administração Pública e os cidadãos, sempre que um pedido for considerado genérico, recomenda-se que se apontem os dados faltantes ou não adequadamente apresentados que poderiam ensejar atendimento futuro. Recomenda-se, inclusive, interlocução com o cidadão, orientando-o a apresentar novo pedido com maior precisão e clareza.

2.2 Pedido desproporcional

Um pedido de acesso à informação, para ser atendido, também não deve comprometer significativamente a realização das atividades rotineiras da instituição requerida, acarretando prejuízo injustificado aos direitos de outros solicitantes.

O pedido desproporcional pode ser entendido como a possibilidade de que uma única demanda, em decorrência da sua dimensão, inviabilize o trabalho de toda uma unidade do órgão ou da entidade pública por um período considerável.

É imprescindível que o órgão, ao responder ao pedido que considera desproporcional, indique ao cidadão, de forma clara e concreta, que o atendimento da sua solicitação inviabilizaria a rotina da unidade responsável pela produção da resposta.

O órgão é responsável por mostrar a relação entre a dimensão do pedido e a sua inviabilidade operacional, pois, nos pedidos desproporcionais, geralmente, os seus objetos não estão protegidos por salvaguardas legais, sendo informações de caráter público que, em tese, deveriam ser franqueadas ao demandante. O que inviabiliza a sua entrega, portanto, é a dificuldade operacional em se organizar a informação, e não o seu conteúdo.

A análise do impacto da solicitação sobre o exercício das funções rotineiras de um órgão público para fins de caracterização da sua desproporcionalidade deve sempre fundamentar-se em dados objetivos, cabendo à Administração o ônus de comprová-la, quando da negativa de acesso à informação, conforme o inciso II do parágrafo 1º do art. 11 da LAI:

(...)

É recomendável que a demonstração da desproporcionalidade do pedido considere as variáveis e os procedimentos a seguir:

- O quantitativo de registros componentes do banco de dados solicitado e objeto de eventual triagem, bem como seu método e critério de classificação;
- A natureza e os motivos que embasariam a presunção de existência de informação pessoal ou sigilosa no documento ou banco de dados;
- A quantidade estimada de horas de trabalho necessárias para o atendimento ao pedido;
- O percentual de servidores do órgão/setor que seriam dedicados ao fornecimento da informação (número de servidores necessários ao atendimento do pedido em relação ao número de servidores existentes no órgão/setor); e
- As ações desenvolvidas pelo órgão, à luz da Lei nº 12.527/2011, no que se refere à gestão e à classificação das informações produzidas e acumuladas, demonstrando os esforços para otimização dos atendimentos de futuros pedidos.

A primeira hipótese está relacionada com a situação em que o órgão ou a entidade pública possui as informações solicitadas, mas elas não estão dispostas nos moldes pretendidos pelo cidadão. Diversos aspectos podem configurar a divergência entre a pretensão do solicitante e a forma como a instituição dispõe da informação. Um exemplo dessa situação é o caso em que o cidadão demanda a organização dos dados em modelo, software ou indicadores não existentes no órgão ou entidade pública.

No segundo caso, pode-se indicar a hipótese em que a resposta ao pedido demande atividades (como a coleta, o agrupamento e a análise de documentos) que não estejam dentre as competências da instituição.

Nas duas hipóteses, o órgão ou a entidade pública deve indicar o local onde se encontram as informações demandadas, de maneira que o cidadão possa, ele próprio, realizar o trabalho de análise, interpretação e consolidação dos dados. Entretanto, caso o órgão recorrido tenha conhecimento de que, dentre as informações sobre as quais o cidadão fará sua pesquisa, existam informações de caráter sigiloso ou protegidas por salvaguardas legais, o cidadão não poderá ter acesso direto a tais informações, podendo pesquisá-las somente após trabalho de análise e triagem que oculte as partes sigilosas.

Assim, verifica-se que **a Rede Mário Gatti, ao considerar o pedido: 1) genérico**, não apontou os dados faltantes que poderiam ensejar o atendimento futuro. Registra-se que o cidadão não é obrigado a conhecer todos os tipos de fiscalização a que as unidades de saúde são submetidas; **2) desproporcional ou desarrazoado**, não indicou de forma clara e concreta que o atendimento da solicitação inviabilizaria a rotina da unidade responsável pela produção da resposta, tampouco demonstrou que o pedido se caracteriza pela desconformidade com os interesses públicos do Estado em prol da sociedade; **3) que exija trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações**, não informou os aspectos de divergência entre a pretensão do solicitante e a forma como dispõe da informação.

O pedido afigura-se objetivo identificando o objeto pretendido (relatório de fiscalização), o período temporal (última fiscalização) e a localização (UPA Padre Anchieta, UPA Campo Grande, UPA Carlos Lourenço e UPA São José). Outras exigências podem prejudicar o exercício do direito do cidadão ao pedido de acesso à informação.

O **RECORRENTE**, em seu recurso de 1ª instância esclarece que deseja acesso aos **relatórios já produzidos pela Rede Mário Gatti ou outros órgãos aos quais tem acesso**. No recurso de 2ª instância admite, **alternativamente, a disponibilização parcial das informações existentes, indicando justificativas específicas para eventuais omissões**.

Nesse norte, **VOTO PELO DEFERIMENTO DO RECURSO**, de sorte a possibilitar o retorno dos autos à **Rede Mário Gatti** para a **disponibilização ao RECORRENTE da informação solicitada**, qual seja, o **relatório da última fiscalização realizada nas seguintes Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) do Município de Campinas: UPA Padre Anchieta, UPA Campo Grande UPA Carlos Lourenço e UPA São José**.

Vale lembrar que a Rede Mário Gatti deve prestar a informação solicitada ou, ainda, declarar a inexistência da informação, vale dizer, que não possui a documentação requerida.

Cabe aqui elucidar a **diferença entre Negativa de acesso e Informação Inexistente**, com a transcrição de trecho **do Manual da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) –**

3. Informação inexistente

Ainda que o procedimento da LAI tenha sido desenhado essencialmente para dar acesso a uma informação, nem sempre a informação desejada pelo cidadão existe. Tanto é assim que a lei autoriza a instituição pública a "comunicar que não possui a informação".

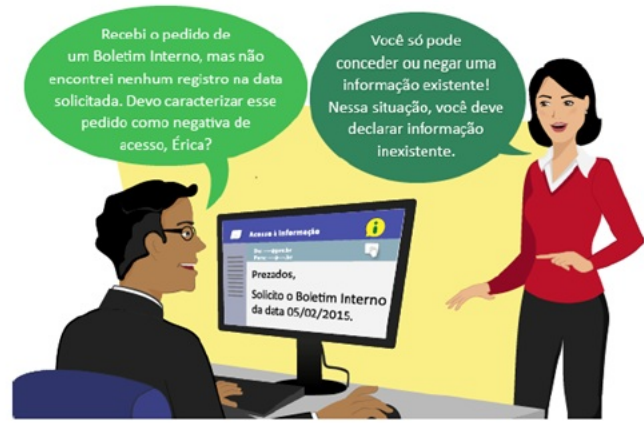


Figura 5: Informação inexistente
Fonte: Elaboração Enap

Esses casos não são caracterizados como hipótese de negativa de acesso³, pois, para isso, a informação deve existir, mesmo que em outro órgão. Dessa forma, como regra geral, a existência do objeto é condição para conhecimento de um pedido de acesso à informação.

A Comissão Mista de Reavaliação de Informações publicou a Súmula CMRI nº 6, de 2015, transcrita abaixo:

3. Inciso III do §1º do art. 11 da LAI

Súmula CMRI nº 6/2015

"INEXISTÊNCIA DE INFORMAÇÃO - A declaração de inexistência de informação objeto de solicitação constitui resposta de natureza satisfativa; caso a instância recursal verifique a existência da informação ou a possibilidade de sua recuperação ou reconstituição, deverá solicitar a recuperação e a consolidação da informação ou reconstituição dos autos objeto de solicitação, sem prejuízo de eventuais medidas de apuração de responsabilidade no âmbito do órgão ou da entidade em que tenha se verificado sua eliminação irregular ou seu descaminho."

A CMRI consagrou, portanto, o entendimento de que "a declaração de inexistência de informação objeto de solicitação constitui resposta de natureza satisfativa". Isto é, se o órgão não tem a informação, muito provavelmente essa resposta é satisfatória. Entretanto, a partir da interpretação da súmula, verifica-se que a instância recursal (autoridades da instituição demandada, CGU ou CMRI, no âmbito federal) poderá:

1. manifestar-se sobre o mérito da disponibilização caso se constate a existência da informação ou se a mesma for localizada durante a instrução do recurso;
2. decidir pela reconstituição do registro da informação se pertinente e viável;
3. apurar a responsabilidade por eventuais condutas ilícitas, tais como a destruição ou não localização da informação, bem como quando constatar a sua injustificada negativa;
4. determinar a produção da informação excepcionalmente quando previsto em lei.

Dessa sorte, se inexistente a informação, a resposta tem natureza satisfativa.

Esse o voto, que submeto aos demais membros da Comissão Mista de Julgamento de Recursos de Acesso à Informação para votação, observado o art. 17 do Regimento Interno da CMJRAI

(Resolução nº 01, de 17 de novembro de 2022).^[1]

FERNANDA DO AMARAL ZAITUNE
Procuradora Municipal -OAB/SP: 134.974
Membro e Relatora da CMJRAI

^[1] (“Art. 17. Dentro do prazo, os membros titulares deverão analisar o voto da Relatoria, votar e, em caso de discordância com o voto do relator, fundamentar seu voto contrário e encaminhar ao presidente da comissão.”)



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA DO AMARAL ZAITUNE - OAB 134.974**, **Relator(a) da CMJRAI**, em 28/07/2025, às 12:15, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.campinas.sp.gov.br/verifica> informando o código verificador **15601335** e o código CRC **9D6AFFB2**.